

Márcia Maria de Sá Rocha
Maria Natália Pereira Ramos
Silvana Mora de Moraes dos Santos
Maria Dalva Horácio da Costa

Organizadoras

Seguridade Social, Interculturalidades



e Desigualdades na Contemporaneidade


edufnrn

SOBRE O LIVRO

O livro aborda um conjunto de temas que envolvem a problemática da seguridade social, proteção social e desigualdades em um contexto de globalização, multiculturalidade, financeirização do capital e derrogação de direitos, discutidos durante a realização do *I Seminário Internacional Seguridade Social, Interculturalidade(s) e Desigualdades Sociais: Refletindo os Desafios da Contemporaneidade*, realizado em 2012, na UFRN, pelo Grupo de Estudos e Pesquisas da Seguridade Social e Serviço Social, vinculado ao Departamento de Serviço Social e ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFRN e pelo Centro de Estudos das Migrações e Relações Interculturais (CEMRI) – Grupo de Investigação Saúde, Cultura e Desenvolvimento, da Universidade Aberta de Lisboa.


O livro está organizado em duas partes que se complementam e que evidenciam múltiplas expressões da questão social. A primeira trata da seguridade social e das desigualdades com o objetivo de examinar diversas problemáticas que dificultam e/ou impeçam o exercício da cidadania em sentido pleno e discutir algumas políticas públicas que pelo seu desenho assumam uma perspectiva excludente e/ou pouco inclusiva. Temas como os desafios do Estado social no contexto europeu, as condições de pobreza e desigualdades sociais das famílias de crianças e adolescentes no Brasil e em Portugal, previdência social no Brasil à luz das mudanças sociais, econômicas e políticas do país, o acesso à rede de proteção social por usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) e as representações dos

usuários sobre políticas de acesso a alimentos e direitos, com foco no direito à alimentação adequada, são os temas examinados à luz da realidade brasileira e portuguesa.


Na segunda parte, o foco recai sobre a proteção social, políticas públicas e questões socioculturais sempre privilegiando a perspectiva comparativa Brasil e Portugal. Merecem atenção os temas da saúde, identidade e desenvolvimento de mulheres e famílias em situação de diversidade cultural, problemas emocionais e comportamentais de crianças de pais alcoólicos, a interrupção da gravidez na adolescência sob a perspectiva bioética, o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos como alternativa de proteção social e de garantia de direitos, o papel da família na promoção da interação social da criança autista e práticas de educação socioeducativas para promoção de assistência à criança pobre.

Os textos além de evidenciar o esforço teórico e metodológico dos autores para apreensão de realidades sociais e culturais multifacetadas contribui para trazer ao público reflexões sobre conflitos, interesses, estratégias, desafios, impasses e possibilidades das políticas públicas para superação das desigualdades e promoção da inclusão e participação no âmbito de uma perspectiva comparativa e intercultural entre Brasil e Portugal.

Maria Arlete Duarte de Araújo



**Seguridade Social,
Interculturalidades
e Desigualdades na
Contemporaneidade**





Reitora *Ângela Maria Paiva Cruz*
Vice-Reitor *José Daniel Diniz Melo*

Diretor da EDUFRN *Luis Álvaro Sgadari Passeggi*
Diretor Adjunto da EDUFRN *Wilson Fernandes de Araújo Filho*
Secretária da EDUFRN *Judith de Costa Leite Albuquerque*
Conselho Editorial *Luis Álvaro Sgadari Passeggi (Presidente)*
Ana Karla Pessoa Peixoto Bezerra
Anna Emanuella Nelson dos S. C. da Rocha
Anne Cristine da Silva Dantas
Christianne Medeiros Cavalcante
Edna Maria Rangel de Sá
Eliane Marinho Soriano
Fábio Resende de Araújo
Francisco Dutra de Macedo Filho
Francisco Wildson Confessor
George Dantas de Azevedo
Maria Antíoly Queiroz Maia
Maria da Conceição F. B. S. Passeggi
Maurício Roberto Campelo de Macedo
Nedja Suely Fernandes
Paulo Ricardo Porfírio do Nascimento
Paulo Roberto Medeiros de Azevedo
Regina Simon da Silva
Richardson Naves Leão
Rosires Magali Bezerra de Barros
Tânia Maria de Araújo Lima
Tarcísio Gomes Filho
Teodora de Araújo Alves

Secretária de Educação a Distância da UFRN *Maria Carmem Freire Diógenes Rêgo*
Secretária Adjunta de Educação a Distância da UFRN *Ione Rodrigues Diniz Morais*
Coordenadora de Produção de Materiais Didáticos – SEDIS/UFRN *Maria Carmem Freire Diógenes Rêgo*
Coordenadora de Revisão – SEDIS/UFRN *Maria da Penha Casado Alves*
Coordenador Editorial *José Correia Torres Neto*
Gestão do Fluxo de Revisão *Rosilene Paiva*
Revisão Ortográfica/Gramatical *Camila Maria Gomes*
Orlando Meza Ucella Brandão
Margareth Pereira Dias
Emanuelle Pereira Diniz
Revisão ABNT *Edineide Marques da Silva*
Cristiane Severo
Verônica Pinheiro da Silva
Revisão Tipográfica *Letícia Torres*
Diagramação/Design Editorial *André Soares*
Capa *Alice Câmara da Rosa*



Márcia Maria de Sá Rocha
Maria Natália Pereira Ramos
Silvana Mora de Moraes dos Santos
Maria Dalva Horácio da Costa

Organizadoras

Seguridade Social, Interculturalidades e Desigualdades na Contemporaneidade





Catálogo da Publicação na Fonte. Bibliotecária Verônica Pinheiro da Silva CRB-15.692.

Seguridade social, interculturalidades e desigualdades na contemporaneidade
[recurso eletrônico] / Organizado por Marcia Maria de Sá Rocha... [et al]. -
Natal: EDUEFRN, 2016.
1 PDF : il.

ISBN 978-85-425-0673-0
Modo de acesso: <http://repositorio.ufrn.br>

1. Seguridade social. 2. Interculturalidades. 3. Desigualdades. I. Rocha,
Marcia Maria de Sá. II. Ramos, Maria Natália Pereira. III. Santos, Silvana Maria
de Moraes dos. IV. Costa, Maria Dalva Florício da.

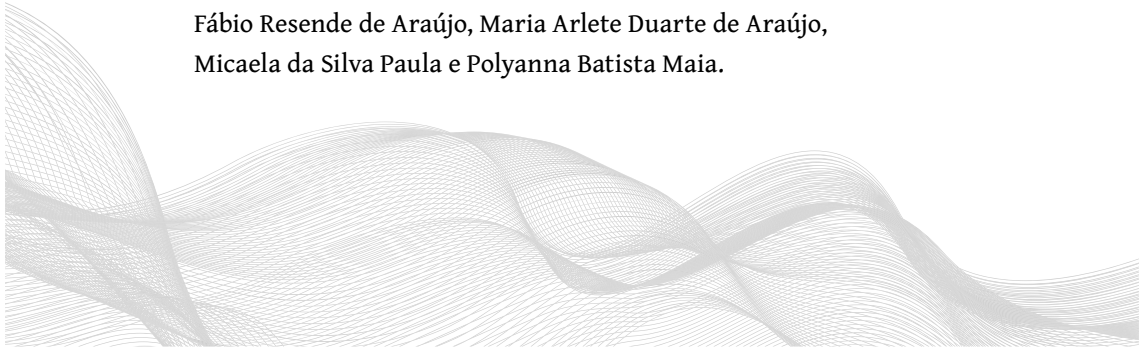
CDD 351.84
8456





Sumário

Apresentação	10
I Parte – Seguridade Social e Desigualdades	15
Desafios do Estado Social no contexto europeu e a (in)sustentabilidade da Segurança Social Maria da Conceição Pereira Ramos	16
Trabalho e questão social: refletindo as condições de pobreza e desigualdades sociais das famílias de crianças e adolescentes no Brasil e em Portugal Márcia Maria de Sá Rocha e Maria Natália Pereira Ramos	58
Previdência Social, o Setor público, suas mudanças e desafios Evilázio Xavier Cruz Junior e Donália Cândida Nobre	112
Os (neo)moradores dos hospitais públicos: um estudo sobre o acesso à rede de proteção social no município de Natal Isabelli Gomes Vieira e Maria Dalva Horácio da Costa	134
Projeto Café do Trabalhador: representações dos usuários sobre políticas de acesso a alimentos e direitos Fábio Resende de Araújo, Maria Arlete Duarte de Araújo, Micaela da Silva Paula e Polyanna Batista Maia.	187





**II Parte – Proteção Social, Políticas Públicas
e Questões Socioculturais** 229

Mães e famílias entre culturas: saúde, desenvolvimento
e cuidados interculturais 230
Maria Natália Pereira Ramos

Crianças filhas de pais alcoólicos: prevenção de
comportamentos de riscos 271
Ana Isabel Mateus da Silva

A interrupção da gravidez na adolescência sob
a perspectiva bioética 309
José Humberto Belmino Chaves


O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
como alternativa de proteção social e de garantia de
direitos no município de Rio do Fogo 341
Anna Karollyne Ferreira Lopes

As relações familiares com a criança autista 376
Ana Flávia de Oliveira Borba Coutinho

Criança pobre e sua assistência no Maranhão 411
Kilza Fernanda Moreira de Viveiros

Sobre as organizadoras 428





Trabalho e questão social: refletindo as condições de pobreza e desigualdades sociais das famílias de crianças e adolescentes no Brasil e em Portugal


*Márcia Maria de Sá Rocha¹
Maria Natália Pereira Ramos²*


Introdução

A proposta de análise do tema, trabalho e questão social: refletindo as condições de pobreza e desigualdades sociais das famílias de crianças e adolescentes no Brasil e em Portugal – o qual apresenta fenômenos sociais complexos e multidimensionais – tem como eixo central a classe trabalhadora no enfrentamento da crise estrutural do capital, com a finalidade de apresentar resultados do estudo comparativo realizado no Estágio Pós-Doutoral, iniciado na Universidade Aberta de Lisboa – CEMRI/Centro de Estudo das Migrações e das Relações Interculturais, durante o período de maio de 2011 a maio de 2012.

¹ Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela UFRN. Doutora em Educação pela UFRN, Pós-doutorado em Políticas Sociais, na Universidade Aberta de Lisboa – CEMRI/Centro de Estudo das Migrações e das Relações Interculturais, G.I. “Saúde, Cultura e Desenvolvimento”. Coordenadora do Grupo de pesquisa. E-mail: marciadesa27roc@gmail.com

² Psicóloga. Doutorada e Pós-Doutorada em Psicologia. Professora Associada da Universidade Aberta, Lisboa. Coordenadora do Grupo de Investigação “Saúde, Cultura e Desenvolvimento” do Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais (CEMRI) da Univ. Aberta. Orientadora do Estágio Doutoral da Profa. Dra. Marcia Maria de Sá Rocha. E-mail: natalia@uab.pt






Centrado na temática proposta, busca a partir de procedimentos investigativos realizados em comunidades situadas nos referidos contextos, identificar e compreender o funcionamento dos programas e políticas sociais de enfrentamento às condições de pobreza e desigualdades sociais, refletindo a crise atual de precarização estrutural do trabalho de milhares de trabalhadores e trabalhadoras, de famílias de crianças e adolescentes que vivem em contextos de vida e de trabalho, em situação de vulnerabilidade e risco em Portugal e Brasil.

A motivação maior para realização deste estudo surgiu, mais precisamente, pelo fato de estarmos integrados ao Grupo de Pesquisadores sobre Seguridade Social e Serviço Social do Departamento de Serviço Social da UFRN e quando no âmbito do Doutorado em Educação, a partir de 2004, tivemos a oportunidade de realizar o Estágio Sanduíche em comunidades situadas na periferia de Lisboa, apoiados pela Pastoral da Igreja Católica. Foi uma experiência instigante para a continuidade dos nossos estudos no Estágio Pós-doutoral em Lisboa, contribuindo para orientar e aprofundar os nossos procedimentos de pesquisa sobre as condições de trabalho, pobreza e políticas sociais, contemplados na linha de pesquisa: Análise de Políticas e Programas Sociais.

Nesse sentido, definimos os seguintes objetivos: a) Realizar estudos com perspectivas de análise e avaliação das políticas sociais específicas ou programas sociais voltados para populações pobres do Rio Grande do Norte (Brasil) e da região de Lisboa (Portugal); b) Desenvolver estudos comparativos considerando as particularidades dos contextos estudados e focalizando a crise estrutural do capital e as transformações no mundo social e do trabalho, bem como, as condições de trabalho, pobreza e desigualdades sociais.




Ressaltamos, ainda, a importância de considerar além dos estudos realizados, os dados e informações que foram obtidos e sistematizados e que nos permitiram refletir a pobreza e as condições de trabalho. Entretanto, é importante destacar o compromisso de disponibilizar para a sociedade os resultados alcançados no sentido de instrumentalizar e potencializar os sujeitos sociais mais afetados nos contextos estudados para que possam exercer o controle social e propor políticas públicas voltadas para a melhoria das suas condições de vida.

De acordo com os propósitos do estudo realizado e com base em procedimentos teórico-metodológicos fundamentado na tradição marxista, permitindo-nos optar por uma postura dialética no decorrer das análises realizadas nas realidades estudadas, numa perspectiva de totalidade sem ignorar as suas particularidades.

Os primeiros passos da pesquisa tiveram início em 2011 no Brasil, por meio dos contatos realizados com Instituições gestoras das políticas sociais, também voltadas para o grande contingente de trabalhadores nas condições de enfrentamento da pobreza e desigualdades sociais, expressando dessa forma, as famílias de crianças e adolescentes beneficiárias do Programa Bolsa Família no município de São Paulo do Potengi, do estado do Rio grande do Norte.

No segundo momento, partiu-se do conhecimento de dados documentais, encontrados na Universidade Católica de Lisboa e no Instituto de Segurança Social (Lisboa), além das investigações e publicações recentes, produzidas pelas Universidades de Lisboa e do Porto, visando obter condições de sistematizar indicadores das condições de pobreza e desigualdades sociais, bem como, conhecer o direcionamento das políticas sociais no tratamento da questão. Nessa perspectiva,




foram realizados os contatos com as Instituições e profissionais que atuam nos Programas e Projetos Sociais direcionados às centenas de famílias de crianças e adolescentes atendidas pelos Programas Sociais do Concelho de Loures, no bairro da Quinta da Fonte em Lisboa.

O texto está estruturado em uma breve introdução, seguindo-se de uma análise da crise no mundo do trabalho a partir, sobretudo, da década de 1980. Focamos também as Famílias de crianças e adolescentes no enfrentamento as condições de pobreza e desigualdades sociais, por meio do estudo comparado entre Brasil e Portugal e ainda a partir da análise dos resultados da pesquisa realizada em Lisboa/PT, e Rio Grande do Norte, no Brasil. Por fim, apresentam-se algumas reflexões sobre os resultados e desafios.

A crise no mundo social e do trabalho

Para uma maior compreensão dos propósitos do nosso estudo, coube-nos refletir as condições de pobreza e desigualdades sociais no âmbito da “classe-que-vive-do-trabalho”, no mundo globalizado, buscando mais precisamente perceber a partir do início dos anos 1970, quando o capitalismo enfrenta uma crise, que vem provocar profundas mudanças sociais nos países centrais como no Brasil, afetando significativamente o mundo do trabalho.

É importante perceber as consequências de maior destaque no processo produtivo e de que forma elas afetam o mundo do trabalho, quando provocam a redução do operariado manual, fabril e contribuem para inúmeras formas de subproletarização ou precarização do trabalho, rebatendo diretamente nas




condições de vida população e no agravamento das múltiplas expressões da questão social a partir da sua concepção fundamentada em boa parte por meio dos autores filiados à tradição marxista, os quais consideram que ela,

[...] não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e do seu ingresso no cenário político da sociedade exigindo o seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e da repressão (IAMAMOTO; CARVALHO, 1995, p. 77).

Nesse sentido, o Estado passa a ter uma atuação interventiva mais direta nas relações entre o empresariado e a classe trabalhadora por meio de uma regulamentação jurídica do mercado de trabalho, a partir da legislação social e trabalhista específicas, todavia, gerindo o processo de organização e prestação dos serviços sociais, efetivando um novo tipo de enfrentamento da questão social. O que significa perceber que as condições de vida e trabalho dos trabalhadores já não podem ser desconsideradas inteiramente na formulação de políticas sociais, como garantia de bases de sustentação do poder de classe sobre o conjunto da sociedade.

Dentre as muitas expressões da questão social, o trabalho feminino no interior da classe trabalhadora apresenta-se a partir dessas transformações ocorridas no próprio processo produtivo, pelo avanço tecnológico dessas mudanças estruturais que provocaram um novo reordenamento econômico, político, social e ideológico, favorecendo cada vez mais a precarização do




trabalho ou a já vivenciada violência do desemprego da classe que vive do trabalho.

Nesse sentido cabe considerar o aumento expressivo do trabalho feminino no interior da classe trabalhadora, caracterizado na condição de trabalho precarizado, subcontratado, terceirizado, com baixos salários. Para tanto, é importante compreender os desdobramentos dos condicionamentos provocados nas relações familiares em função da precarização das condições sociais e de trabalho vivenciadas pelas mulheres, cujas jornadas diárias vão além das suas condições de viverem com dignidade junto à família, com consequências às famílias, às crianças e para os jovens (RAMOS, 2002, 2005, 2006, 2007).

Entretanto, é mais precisamente a década de 1980 que marca com maior profundidade as transformações que afetam significativamente o mundo do trabalho, “rebatendo mais efetivamente na classe-que-vive-do trabalho e atingindo não só a sua materialidade, como também a sua subjetividade, afetando até a sua forma de ser” (ANTUNES, 2010, p. 23).

O cenário dos anos 1980 emerge num intenso avanço tecnológico, automação, a robótica além da microeletrônica que invadiram o universo fabril, buscando espaço para seu desenvolvimento nas relações de trabalho e de produção capitalista. Diante de todas essas inovações, os novos processos de trabalho foram sendo substituídos pela especialização flexível, que vem alterar o padrão rígido fordista que conforme Aglieta (1991) e Hervey (1993) apud (BEHRING, 2008, p. 34),


Este supunha a linha de montagem de base técnica eletromecânica, com uma estrutura organizacional hierarquizada e uma relação salarial que apontava para produção em massa, para um consumo de massa, viabilizada por meio dos acordos coletivos de trabalho.



Observa-se ainda que essa relação salarial também implica um sistema de proteção social a partir do Estado. Na realidade o que vem caracterizar essa nova base técnica é a microeletrônica digital, miniaturizada, originada nas pesquisas da Força Aérea dos EUA (1949), introduzindo o controle numérico, por meio do computador, criando-se a possibilidade de automatização da produção em pequena escala.

Compreender o complexo conjunto das atuais mudanças econômicas e ideológicas, tendo como referência as formas de organização da vida estatal, mais precisamente no que concernem os processos e mercados de trabalho, a difusão do desemprego, as alterações das estruturas do Estado e as modalidades de intervenção política das classes subalternas, sem um entendimento sobre a natureza da crise contemporânea e seus desdobramentos produtivos, revela-se um desafio. De acordo com (BRAGA, 1996. p. 119), é preciso perceber esse debate fundamentalmente partindo da desconstrução do nexo crise-estruturação a partir dos seus determinantes reducionistas, numa perspectiva de “integrá-lo em uma unidade que expresse a autenticidade analítica das lutas de classe reconstituindo a autonomia da filosofia das práxis e suas categorias críticas”. Para o autor, esses são os elementos centrais que se colocam nas argumentações pós-fordistas que precisam ser analisados criticamente, permitindo a identificação de suas carências e a denúncia de sua integração à racionalidade das formas burguesas de representação da realidade.

Nesse sentido, considerando as grandes mudanças no mundo do trabalho, mais precisamente nas últimas décadas do século XX, observou-se um momento intenso de divulgação voltada para “desaparição do trabalho”, em que podemos identificar conforme destaca Antunes (2010, p. 117), (MÉDA, 1997), em




substituição da esfera do trabalho pela “esfera comunicacional” (HABERMAS, 1991, 1992), em “perda de centralidade da categoria trabalho” (OFFE, 1989), em “fim do trabalho” (RIFKIN, 1995), ou ainda na versão mais qualificada e crítica à ordem do capital (KURZ, 1992), visando destacar as formulações mais expressivas.

Na verdade, o que podemos perceber é fundamentalmente o propósito de Antunes em demonstrar nas suas teses centrais, que se contrapõem aos autores citados, com proposições contemplando o presente (e o futuro) do trabalho. Destacamos, dentre essas, algumas para subsidiar nossas reflexões em face ao estudo realizado nos contextos Brasil e Portugal, com famílias de crianças e adolescentes no enfrentamento das condições do trabalho precarizado. Ao se posicionar contrário aos chamados críticos nas últimas décadas, aponta os equívocos da desconstrução teórica realizada nas décadas por esses grupos a partir de suas críticas da sociedade do trabalho. O que Antunes chama atenção é precisamente para os desafios que se colocam hoje, para a compreensão da nova morfologia do trabalho,

[...] seu caráter multifacetado, polissêmico e polimorfo. Isso nos obriga a desenvolver uma noção ampliada e moderna de classe trabalhadora (que venho chamando, de modo sinônimo, como classe-que-vive-do-trabalho) e que inclui a totalidade daqueles homens e mulheres que vendem a sua força de trabalho em troca de salário (ANTUNES, 2010, p. 117).

É importante destacar que essa nova morfologia do mundo do trabalho que o autor coloca, tem como núcleo central os trabalhadores produtivos considerando o sentido dado por Marx (1977), especialmente no capítulo VI, não se restringindo ao trabalho manual, direto, mas incorpora à totalidade do




trabalho social, a totalidade do trabalho coletivo assalariado que produz diretamente mais valia e participa diretamente do processo de valorização do capital; o trabalhador produtivo, por isso detém um papel de centralidade no interior da classe trabalhadora. Cabe considerar ainda as afirmações de Antunes quando refere que,

A moderna classe trabalhadora inclui ainda, os trabalhadores improdutivos, ou seja, aqueles cujas formas de trabalho são utilizadas como serviço, tanto para uso público como para o capitalista, que não se constituem como elementos diretamente produtivos no processo de valorização do capital. No entanto, como há uma crescente imbricação entre trabalho produtivo e improdutivo no capitalismo contemporâneo, e como a classe trabalhadora incorpora essas duas dimensões básicas do trabalho sob o capitalismo, essa noção ampliada parece-nos fundamental para compreensão do que é a classe trabalhadora hoje (ANTUNES, 2010, p. 118).


Ao nos determos a uma noção ampliada de classe trabalhadora cabe o entendimento da necessidade de incluir também todos os que vendem a sua força de trabalho em troca de salário e incorporar não apenas o proletariado industrial e os assalariados do setor de serviços, mas também o proletariado rural, que vende sua força de trabalho para o capital. Essa noção ampliada que Antunes expressa,

inclui, portanto, o proletariado precarizado, o subproletariado moderno, part-time, o novo proletariado dos McDonalds, os trabalhadores terceirizados e precarizado, os trabalhadores assalariados da chamada “economia informal”, que muitas




vezes são indiretamente subordinados ao capital, além dos trabalhadores desempregados, expulsos do processo produtivo e do mercado de trabalho pela reestruturação do capital e que hipertrofiaram o exército industrial de reserva na fase de expansão do desemprego estrutural (ANTUNES, 2010, p. 118).

A tese apresentada pelo autor evidencia a questão da noção ampliada de classe trabalhadora atentando para inclusão de todos os trabalhadores que vendem a sua força de trabalho. Trata-se de um problema presente num grande contingente de trabalhadores que enfrentam a questão da precarização do trabalho como aponta Antunes, quando destaca a necessidade de incorporação do proletariado rural. Também ao refletir a questão da feminização do trabalho, Antunes, mais uma vez reforça a necessidade de compreender a classe trabalhadora hoje, permitindo perceber também o significativo do processo de feminização do trabalho, que atinge 50% da força de trabalho em diversos países, e que tem sido absorvido pelo capital, preferencialmente no universo de trabalho *part-time*, precarizado e desregulamentado. No Reino Unido, por exemplo, o contingente, feminino superou, desde 1998, o contingente masculino na composição da força de trabalho. Sabe-se que essa nova divisão sexual do trabalho tem, entretanto, significado fortemente desigual, quando se comparam os salários e os direitos e condições de trabalho em geral. Comparativamente aos homens, as mulheres têm salários mais baixos, empregos menos qualificados e altas taxas de desemprego, situação que mantém muitas mulheres numa situação de pobreza, desigualdade e vulnerabilidade, fazendo com que essas mulheres representem 60% da mão de obra não qualificada no mundo (OIT, 2004).



A relevância desse destaque sobre o processo de feminização do trabalho, conforme o autor trata, vem sendo uma questão que perpassa as discussões da nossa temática de estudo, considerando que milhares de mulheres, mães de famílias atualmente beneficiárias do Programa de Transferência de Renda, no Brasil e em Portugal, vêm sofrendo as consequências da nova divisão sexual do trabalho, no que se refere ao significado desigual com referência aos salários, direitos a condições de trabalho feminino. Destacamos ainda, conforme Antunes afirma na sua tese, sobre a redução da jornada de trabalho:

[...] se o fundamento da ação social for voltado radicalmente contra as formas de (des)socialização e mercadorização do mundo, a batalha imediata será pela redução da jornada ou tempo de trabalho torna-se compatível com o direito ao trabalho (em jornada reduzida e sem redução do salário). Desse modo, a reivindicação central, para o mundo do trabalho, pela imediata redução da jornada (ou do tempo) de trabalho e a luta pelo emprego são profundamente articuladas e complementares, e não excludentes. O eixo central da tese contempla mais precisamente o verdadeiro sentido estruturante do trabalho cuja forma de sociabilidade superior, a partir do processo de reestruturação do ser social, estará favorecendo a desestruturação do capital, na medida em que os avanços provocados, na abstração, pelo trabalho autônomo, autodeterminado e produtor de coisas úteis, tornará sem sentido e supérfluo o capital, gerando as condições de sociais para florescimento de uma subjetividade autêntica e emancipada dando assim um novo sentido ao trabalho e dando a vida um novo sentido, além de resgatar o sentido de humanidade




social que o mundo atual vem fazendo desmoronar ainda mais (ANTUNES, 2010, p. 120).

As teses destacadas são consideradas como referência para subsidiar as discussões sobre a temática abordada neste texto, não desprezando, portanto, as demais teses que o autor fundamenta sobre o presente e o futuro do trabalho: a perenidade e superfluidade do trabalho.

Famílias de crianças e adolescentes no enfrentamento as condições de pobreza e desigualdades sociais: estudo comparado entre Brasil e Portugal

De acordo com as dinâmicas sociais atuais, podem-se perceber com maior visibilidade as desigualdades sociais e consequentes vulnerabilidades, numa perspectiva de socialização pública e analítica. Nesse sentido tem-se verificado um processo cada vez mais avançado de produção de estudos realizados contemplando diversos aspectos da pobreza e das desigualdades sociais contemporâneas (CASTEL, 1995). Assim, cabe o reconhecimento de que todo esse conjunto de produção tem expressado fortemente o caráter transversal das desigualdades sociais contemporâneas, levando-se em conta as formas diversificadas de pobreza, desigualdade e dominação e as conexões estabelecidas com os demais aspectos da vida social e dos seus impactos a vários níveis, com grande relevância social, laboral e familiar, particularmente no domínio da pobreza. Essa vai influenciar grandemente a educação, a formação profissional, o desenvolvimento, a saúde e a integração social



das crianças, dos jovens e dos adultos (RAMOS, 2004, 2005, 2007, 2008a; CAPUCHA, 2010).


A pobreza precisa ser analisada de forma plural e considerada nas suas diferentes dimensões, ou seja, a pobreza monetária, resultado de uma insuficiência de recursos; a pobreza das condições de vida, representando a impossibilidade de satisfazer algumas das necessidades fundamentais; e a pobreza das potencialidades limitando o potencial das capacidades individuais (RAMOS, 2005).

Outros autores acentuam a dimensão política da pobreza, o “ser coibido de ter”,

A pobreza seria, em sua essência, repressão, o resultado da discriminação sobre o terreno das vantagens, a saber, a não posse de dois bens escassos: o dinheiro e o poder. A pobreza também está intimamente associada a outros processos sociais, ligada à organização da estrutura social, ao grau de desigualdade existente em determinada sociedade, isto é, à forma como está distribuída a riqueza (rendimento, propriedade de ativos, acesso a bens públicos, ao mercado de trabalho e a direitos sociais e políticos, bem como às diferentes formas de acesso aos capitais culturais e sociais (DEMO, 2001, p. 13).

Nesse sentido, refletir sobre pobreza na atualidade, tendo como referência a literatura internacional, pode-se observar a partir dos avanços expressados nas últimas décadas, um novo desenho dessa realidade, que aponta diferenças da pobreza do passado. Essa tipificação de mudanças se expressa por três novos fatos, de acordo com Gaudier (1993, apud SILVA, 2013).


Com referência ao primeiro que diz respeito à reincidência do aceleramento dos índices de pobreza, a partir dos



anos de 1980, após uma tendência de declínio registrado nos anos 1950, 1960 e 1970. No caso do Brasil a tendência de queda tem sido registrada a partir de 2003, embora nunca tenha sido erradicada. Estudos realizados, afirmam esse declínio da pobreza durante os trinta anos de crescimento da economia, numa escala mundial, com elevação da renda média 'do pobre nos países que mantiveram um crescimento sustentado, com redução da fome, elevação da expectativa de vida e diminuição dos índices de analfabetismo (PNUD, 1990). Nos países de Terceiro Mundo foi evidente a relação dos índices de pobreza e crescimento econômico, embora o problema da desigualdade crescente tenha anulado grande parte do impacto desse crescimento sobre as condições de vida das populações.

O segundo fato evidenciado pela literatura internacional aponta para persistência e o crescimento das desigualdades, o que revela uma realidade de riqueza e de privação, com distribuição da riqueza cada vez mais desigual entre o Norte e o Sul, entre regiões, países, áreas, entre indivíduos, evidenciando ampla variação de padrões de vida, conforme índices de crescimento econômico e demográfico; desequilíbrio em recursos humanos, entre áreas urbanas e rurais, entre homens e mulheres; entre brancos e negros, ou seja, a pobreza cresce junto com a desigualdade social (PNUD, 1990).

O terceiro fato novo da pobreza dos anos de 1980 e 1990 é o que vem se denominando de nova pobreza. Trata-se de um período em que milhões de pessoas, que vivem próximo ou acima das linhas de pobreza, caíram de nível socioeconômico nos países de Terceiro Mundo; nos países ricos, centenas e milhões passaram a integrar o "Quarto Mundo" e, nos países saídos do socialismo, milhares passaram a viver a insegurança social e do trabalho. É nesse novo processo onde vão surgir




os grupos mais afetados que nunca haviam sofrido o estado de pobreza, como os empregados do setor moderno, professores, pequenos produtores, artesãos autônomos etc., cujo traço comum é o declínio nos níveis de renda, com considerável deterioração nos padrões de vida (GAUDIER, 1993).

Por outro lado, verificam-se desigualdades gritantes de esperança de vida entre diversas populações do mundo atual. Recorrendo aos Relatórios do Desenvolvimento Humano, das Nações Unidas, é reveladora a comparação entre, por exemplo, as médias de esperança de vida à nascença dos países da África Subsariana (53 anos) e dos países da OCDE (80 anos) (UNDP, 2010).

Considerando que os fluxos migratórios devido ao aumento que tem se verificado alcançando de forma universal e global em todos os continentes, destacamos o exemplo de Portugal como país de emigração e imigração de acordo com Ramos (2008, p. 48),

Portugal, país tradicional de emigração (quase cinco milhões de portugueses estão em diáspora) tem vindo a reforçar o seu carácter de país de imigração. O nosso país é, com efeito, um país tradicional de emigração, constituindo este fenómeno uma característica histórica e estrutural da sociedade portuguesa (SERRÃO, 1974). Muito embora o fluxo de emigração portuguesa tenha diminuído consideravelmente, (a título de exemplo, em 1970, o mesmo era de 173.000 e em 2003, de cerca de 27.000, segundo o Instituto Nacional de Estatística - INE), Portugal continua a ser um “país de emigração” [...] Portugal tem vindo a reforçar o seu carácter de país de imigração e de acolhimento de populações estrangeiras, provenientes, sobretudo de África (PALOP), da América Latina (Brasil) e da Europa de Leste (Ucrânia).




De acordo com essa autora (RAMOS, 2008, p. 49), é importante reconhecer heterogeneidade dessa população imigrante, observando-se dimensões das desigualdades de rendimentos e de riqueza,

a predominância de baixos níveis de escolarização e de qualificação profissional, a inserção tendencial em setores onde é mais precária e instável a relação salarial, onde há um baixo nível de remuneração global [...].

Diante do cenário da pobreza e desigualdades sociais passaremos a destacar alguns resultados do nosso estudo realizado nos contextos Brasil e Portugal, mesmo reconhecendo em princípio, a complexidade de demonstrar particularidades de uma crise mundial que se espalha nas mais perversas condições de pobreza e desigualdades sociais, provocadas pelas mudanças sociais e econômicas, transformando a vida de milhares de homens e mulheres que vivem do trabalho e suportam a violência do desemprego, a doença e o sofrimento da vida injustiçada pela falta de direitos, de equidade e de justiça social (RAMOS, 2005, 2007, 2008a).

Considerando a taxa de pobreza em Portugal depois de efetuadas as transferências sociais do Estado, a percentagem de indivíduos que se situam abaixo do limiar de pobreza corresponde à proporção daqueles que dispõem de um rendimento anual líquido inferior a 60% do rendimento mediano (por adulto equivalente) no país. Nesse sentido, o indicador em causa tem como referência os rendimentos auferidos num determinado país, pelo que o valor do limiar de pobreza fixado varia de acordo com a grandeza relativa desses mesmos rendimentos em cada agregado nacional. A taxa de risco de pobreza em Portugal



antes de efetuadas as transferências sociais do Estado para as famílias era de 25,3%, no ano de 2011. Após essas transferências monetárias, a taxa de risco de pobreza situou-se em 17,9%. Isso significa que as transferências de rendimento do Estado para as famílias diminuíram em 7,4 pontos percentuais e 29,2% o valor deste indicador. A taxa de risco de pobreza após as transferências sociais era mais elevada em Portugal face ao registado em termos médios nos países da União Europeia. Por outro lado, o impacto das transferências sociais, na mitigação da amplitude desse indicador, foi menor em Portugal face ao verificado em termos médios no conjunto de países da União, conforme dados de *Statistics and Living Conditions, EU-SILC 2013* (Eurostat).

No panorama europeu, de acordo com a Tabela 1, o risco de pobreza antes das transferências sociais era mais elevado na Irlanda (39,3%), Reino Unido (31,9), Croácia (30,4) e Espanha (30). Após as transferências monetárias, a Grécia (23,1%) passa a ser o país com o maior risco de pobreza, seguido dos países de leste – Roménia (22,6), Bulgária (21,2) e Croácia (20,5) – e Espanha (20,4). Dentro daqueles que viram o seu risco de pobreza diminuir pelo efeito das transferências de rendimento do Estado para as famílias, destaque para a Irlanda (reduz 23,6 pontos percentuais), Reino Unido (15,7) e países nórdicos – Dinamarca (15,2), Noruega (15,1) e Finlândia (14,6). Pelo contrário, países onde esse impacto foi menor, encontramos a Grécia (3,7), a Bulgária (4,7), a Itália (5) e a Roménia (5,4).


Tabela 1 – Taxa de risco de pobreza antes e após as transferências sociais, nos países da UE, Islândia, Noruega e Suíça em 2011 (%).

	TRP antes de TS	TRP após as TS	Varição da TRP após as TS (diferença em p.p.)	Varição da TRP após as TS (diferença percentual)
Irlanda	33,3	15,7	17,6	-50,1
Reino Unido	31,9	16,2	15,7	-49,2
Croácia	30,4	20,5	9,9	-32,6
Espanha	30,0	20,4	9,6	-32,0
Luxemburgo	29,0	15,1	13,9	-47,9
Lituânia	26,4	18,6	7,8	-29,5
Dinamarca	28,3	13,1	15,2	-53,7
Romênia	28,0	22,6	5,4	-19,3
Bélgica	27,5	19,0	8,5	-30,9
Suécia	27,4	14,1	13,3	-48,5
Grécia	26,8	23,1	3,7	-13,8
Finlândia	26,4	11,8	14,6	-55,3
Hungria	26,3	14,3	12,0	-45,6
Letônia	26,0	19,4	6,6	-25,4
Noruega	26,0	10,9	15,1	-58,1
Bulgária	25,9	21,2	4,7	-18,1
Áustria	25,9	14,4	11,5	-44,4
Portugal	25,3	17,9	7,4	-29,2
Eslovênia	25,2	13,5	11,7	-46,4
Estônia	24,8	17,5	7,3	-29,4
Itália	24,4	19,4	5,0	-20,5
Alemanha	24,3	16,1	8,2	-33,7
Malta	24,0	16,1	7,9	-32,9
França	23,8	14,1	9,7	-40,8
Chipre	23,5	14,7	8,8	-37,4
Suíça	23,4	15,9	7,5	-32,1
Polónia	22,9	17,1	5,8	-25,3
Islândia	22,7	9,3	13,4	-59,0
Países Baixos	20,6	10,1	10,5	-51,0
Eslováquia	20,0	13,2	6,8	-34,0
R. Checa	16,6	8,8	7,8	-47,2
UE-28	26,0	16,9	9,1	-35,0

Nota 1: Países ordenados por ordem decrescente de acordo com a taxa de risco de pobreza antes de serem efetuadas as transferências sociais.

Nota 2: Dados para Espanha, Finlândia, Hungria, Letônia, Noruega Áustria, Islândia e R. Checa já são referentes a 2012.

Fonte: Statistics and Living Conditions, EU-SILC 2013 (Eurostat).



A Tabela 2 trata a respeito da informação relativa à taxa de risco de pobreza após efetuadas as transferências sociais nos países da União Europeia, tendo em consideração diferentes limiares de pobreza. A taxa de risco de pobreza em Portugal é superior à média da UE nos três limiares de pobreza considerados. Se o limiar de pobreza do país for definido nos 70% do rendimento anual líquido mediano por adulto equivalente, 1/4 da população portuguesa estava, no ano de 2011, em risco de pobreza (após efetuadas as transferências sociais). Diminuindo esse valor face ao limiar dos 50% e 40% para, respetivamente 11,4% e 6,5%.

Tabela 2 – Taxa de risco de pobreza após as transferências sociais, nos países da UE-28, Islândia, Noruega e Suíça, em 2011 (%).

	Limiar de pobreza a 40% do rendimento mediano	Limiar de pobreza a 50% do rendimento mediano	Limiar de pobreza a 70% do rendimento mediano
Grecia	10,6	16,0	30,4
Roménia	10,7	16,5	29,5
Bulgária	10,1	15,1	28,8
Croácia	8,9	13,9	27,1
Espanha	10,5	15,3	28,7
Letónia	8,2	13,5	28,2
Itália	7,7	12,2	26,8
Lituânia	6,5	11,8	27,0
Portugal	6,5	11,4	24,9
Estónia	6,7	10,9	26,7
Polónia	5,5	10,5	24,9
Reino Unido	5,2	9,3	24,5
Alemanha	4,2	9,6	23,6
Suíça	4,8	9,6	23,1
Irlanda	4,7	8,8	23,6
Luxemburgo	2,8	7,1	24,7
Malta	2,8	7,4	24,5
Bélgica	3,7	8,0	23,6
Chipe	3,2	8,0	23,9
Áustria	4,5	8,4	21,6
Hungria	3,7	8,2	21,5
Suécia	4,2	7,8	21,9
França	3,2	6,9	21,6
Eslovénia	3,3	7,4	20,7
Eslováquia	4,3	7,8	20,4
Dinamarca	5,0	7,7	21,4
Finlândia	2,6	6,0	21,8
Noruega	3,5	5,7	17,4
Países Baixos	2,4	5,2	17,9
Islândia	3,0	4,8	15,9
R. Checa	2,7	5,1	16,6
UE-28	5,8	10,8	24,5

Nota 1: Países ordenados por ordem decrescente de acordo com a taxa de risco de pobreza antes de serem efetuadas as transferências sociais. (limiar a 60% do rendimento líquido mediano)

Fonte: Statistics and Living Conditions, EU-SILC 2013 (Eurostat).

A taxa de risco de pobreza antes e após as transferências sociais em Portugal tem vindo a diminuir desde 2001, embora de forma não linear. Se em 2001 a taxa de risco de pobreza em Portugal, depois de efetuadas as transferências sociais, era de cerca de 20%, em 2011 esse valor é 2 pontos percentuais inferiores. Comparando os valores de Portugal e da União Europeia, verifica-se que em 2004 a taxa de risco de pobreza depois de efetuadas as transferências sociais em Portugal era cinco pontos percentuais superiores ao resultado.


Tabela 3 – Evolução da taxa de risco de pobreza antes e após as transferências sociais, em Portugal e na EU-27.

		Antes das transferências sociais										
		2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Portugal		26	26	26,5	25,7	25,1	24,2	24,9	24,3	26,4	25,4	25,3
UE-28					26,0	26,2	25,8	25,3	25,2	25,9	26,3	26,0
		Após as transferências sociais										
		2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Portugal		20	20	19	20,4	19,4	18,5	18,1	18,5	17,9	17,9	18,0
UE-28					16,4	16,5	16,5	16,5	16,4	16,4	16,9	16,9

Fonte: Statistics and Living Conditions, EU-SILC 2013 (Eurostat).

Portugal foi, entre 2007 e 2011, o 6º país da OCDE onde o rendimento disponível dos agregados mais reduziu (-2,3% ao ano). Nos países da OCDE a redução no rendimento foi, em média, duas vezes superior para os 10% mais pobres (-1,6%) do que para os 10% mais ricos (-0,78%), em 19 dos 33 países analisados. Verificou-se ainda diminuição no rendimento dos 10% mais pobres na Grécia (-12,7%), na Espanha (-12,9%) e em Portugal (-1,9%).

A Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico – OCDE sublinha a importância da implementação de medidas fiscais direcionadas aos agregados mais pobres em países como a Islândia, Holanda, Nova Zelândia e Portugal, nos



últimos anos até 2011, como causa de a diminuição do rendimento ter sido menor do que a dos 10% mais ricos (EUROSTAT, 2013).

A Figura 1, a seguir, apresenta as diferenças anuais do rendimento das famílias na Espanha, Grécia e Portugal, entre 2008 e 2011. Na Espanha, o impacto negativo da crise financeira no rendimento das famílias começa por revelar-se logo em 2007, enquanto na Grécia e em Portugal isso só se verifica nos últimos dois anos. Na Espanha, com exceção do ano de 2010, o rendimento dos 10% mais pobres diminuiu sempre mais que o dos 10% mais ricos (esse grupo que em 2009 viu inclusive o seu rendimento aumentar). Na Grécia, em 2010/11, o rendimento das famílias diminuiu em 20%, mais 5% que em 2009/10, agravando-se as desigualdades entre os 10% mais pobres e os 10% mais ricos. No caso português, em 2010/11, a diminuição no rendimento, ao contrário do que sucedeu entre 2007 e 2011, foram superiores entre os 10% mais pobres (-12% face aos -8% dos 10% mais ricos) e o rendimento total das famílias teve a maior descida de todo o período (7%).



Figura 1 – Diferenças anuais do rendimento das famílias na Portugal, Espanha e Grécia, entre 2008 e 2011.
 Fonte: Adaptado de <<http://www.oecd.org/social/income-distribution-database.htm>>. Acesso em: 17 out. 2016.

No contexto brasileiro podemos perceber sobre a recente queda da desigualdade de renda no Brasil. Segundo o PNUD (2002/2012) o percentual de brasileiros em situação de pobreza caiu de 22,5% em seis anos, e, para a OIT, a parcela de indigentes reduziu-se de 25% da população em 2001 para 17,4% em 2009. Foram retiradas da pobreza 23 milhões de pessoas.

As organizações internacionais como o *Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento* (PNUD) e a *Organização Internacional do Trabalho* (OIT) têm apontado para a necessidade de diminuir as desigualdades sociais e garantir a justiça social, permitindo que todos os cidadãos tenham acesso a oportunidades e possam desenvolver as suas capacidades de maneira mais equitativa, como mostram relatórios dessas organizações que citaremos a seguir. Entre 2002 e 2012, no Brasil, o coeficiente de Gini – que mede a desigualdade de renda – diminuiu de 0,59 para 0,53 (gráfico abaixo), enquanto, nesse mesmo intervalo de tempo, a razão entre a renda dos 10% mais ricos e a dos 40% mais pobres declinou de 22,2% para 15,4% (IPEADATA/PNAD/IBGE, 2012).

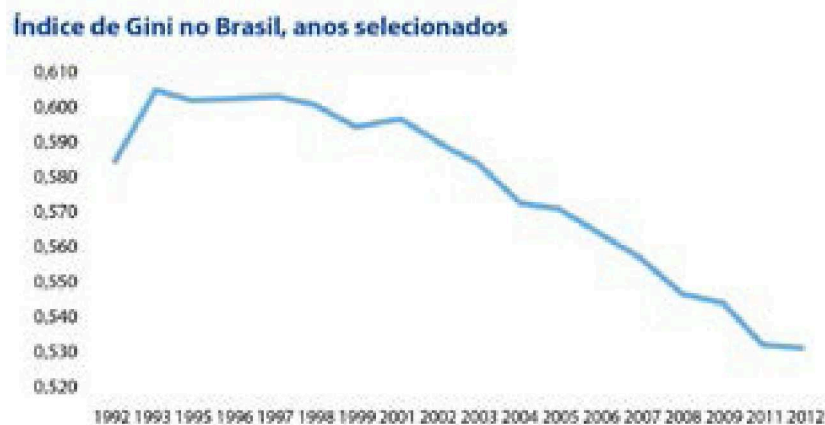



Figura 2 – Índice de Gini no Brasil.
Fonte: IPEADATA/PNAD/IBGE (2012).

Além do índice de Gini e outras medidas de desigualdades, o percentual de brasileiros em situação de pobreza multidimensional caiu 22,5% em seis anos, segundo o PNDU.



Ao considerarmos os determinantes dessa redução da pobreza e desigualdade social no Brasil, a partir dos avanços alcançados no enfrentamento da pobreza e desigualdade social, estes têm como determinante a estruturação da trajetória das políticas públicas, fundamentadas na Constituição de 1988, que define os grandes eixos de intervenção do Estado, no campo da proteção e desenvolvimento social, destacando-se a saúde, educação, assistência Social, infraestrutura social e trabalho.

Entretanto, é preciso reconhecer que ainda vivemos um quadro de desigualdade elevada no Brasil, o que significa considerar a necessidade permanente de combinação de crescimento econômico com avanços sociais e aperfeiçoamento das políticas públicas de alcance nacional, com relevância para o papel do Estado e as instituições da sociedade civil nesse processo.

Análise dos resultados da pesquisa realizada em Loures, Portugal e em São Paulo do Potengi no Rio Grande do Norte, Brasil


Loures, Apelação – Portugal

De acordo com os estudos realizados nos contextos Brasil e Portugal, buscaremos considerar a partir da análise qualitativa dos resultados alcançados, algumas particularidades que nos permitiu um olhar para do enfrentamento das relações de trabalho, pobreza e das desigualdades sociais das famílias de crianças e adolescentes inseridas em comunidades rurais no Brasil (São Paulo do Potengi) e em áreas consideradas de menor divisão administrativa e rurais de Lisboa (Loures, Apelação).

O nome da Freguesia de Apelação parece derivar do fato de seu povo ter *apelado* para a protecção de Nossa Senhora da Encarnação em meio a uma terrível peste. Na sequência desse acontecimento, foi erigida uma capela em sua honra e a Apelação separar-se-ia de Unhos em finais do século XVI (em parte, também, devido à sua distância da sede). No entanto, continuaria a pagar dízimos a essa freguesia até à extinção completa desse velho imposto senhorial, com as reformas liberais de Mouzinho da Silveira, freguesia do concelho de Loures desde a sua instituição, em 1886. Antes fizera parte do concelho de Santa Maria dos Olivais. Embora seja uma freguesia com construção essencialmente moderna e, em muitos casos, clandestina, destaca-se ainda assim, entre o património cultural construído, o Moinho de Vento, monumento nacional que se tornou ex-líbris da freguesia.




Figura 3 – Sede da Freguesia do Concelho de Loures.
Fonte: OECD Income Distribution Database (2012).



É, mais precisamente, na freguesia da Apelação onde desenvolvemos o nosso estudo junto à população realojada no Bairro Quinta da Fonte, e de famílias que por fatores sociais necessitaram de reinserção e apoio social. O acesso à habitação coloca-se inegavelmente como um dos fatores mais importantes. Na realidade esse acesso não é igual para todas as pessoas, assim como, a qualquer outro tipo de bem ou serviço. “As minorias étnicas e a população imigrante, enquanto grupos de maior fragilidade social, enfrentam grandes dificuldades na procura de uma habitação no meio urbano” (FONSECA et al., 2002, p. 32).

Com a chegada do grande contingente de migrantes nacionais e internacionais às grandes cidades, a proliferação de bairros de lata foi aumentando, fenômeno bem visível na periferia de Lisboa, sendo que a “tendência central é a de uma concentração em ‘ilhas’ situadas nas zonas mais degradadas de Lisboa e/ou nos concelhos adjacentes – Loures, Oeiras, Amadora, Almada e Seixal” (BAGANHA; MARQUES, 2001). Tal situação favoreceu a construção de barracas, em condições precarizadas, sem saneamento, abastecimento de água, transportes públicos, difícil acesso à cidade de Lisboa. A inserção social, espacial, educacional e de saúde dos habitantes desses bairros fica seriamente limitada, principalmente das crianças e jovens (RAMOS, 2008b, 2009).

A criação do Plano Especial de Realojamento (PER) possibilitou o realojamento de inúmeros agregados familiares a residir em vários bairros de barracas na Área Metropolitana de Lisboa (AML), beneficiando muitos imigrantes e minorias étnicas, principalmente dos PALOP's (BAGANHA; MARQUES, 2001; FONSECA, 2002). O Concelho de Loures não foi exceção e o realojamento efetuado na Quinta da Fonte, na Freguesia da



Apelação, é um exemplo, realojando centenas de pessoas, em sua maioria de origem africana e cigana.

A situação profissional do chefe de família constitui um importante indicador socioeconômico de toda a família. Estudos realizados demonstram a presença de elevadas taxas de desemprego e de emprego precário, por vezes temporário, não qualificado e com baixos salários. Em muitos casos, quando o chefe de família é do sexo feminino, a profissão que surge com maior frequência é a de empregada de limpeza ou doméstica, enquanto que os elementos do sexo masculino são essencialmente trabalhadores da construção civil. Esse fato foi confirmado por muitos autores como Fonseca et al. (2002), Baganha e Marques (2001). Assim, existe um grande número de famílias que usufruem do Rendimento Mínimo de Inserção e de chefes de família reformados. Cabe destacar a presença de alguns indivíduos de etnia cigana que são vendedores ambulantes.

De acordo com os dados mais recentes sobre o bairro da Quinta da Fonte, é possível compreender os avanços que vêm ocorrendo com relação aos serviços sociais que são efetivados, buscando o desenvolvimento de ações socioeducativas que favoreçam o fortalecimento dos grupos e organizações, embora ainda sejam incipientes para atender a grande demanda dos trabalhadores que enfrentam o desemprego e as precárias condições de violência em que vivem, afetando significativamente o seu cotidiano. Assim, conforme artigo intitulado “Depois da “guerra” o bairro ganhou vida nova. A crise pode estragar tudo”, afirma Sanches (2014):


As imagens dos tiroteios abriram os noticiários. E a guerra foi apresentada como um conflito entre moradores ciganos e moradores de origem africana – visão contestada por muitos

dos que trabalhavam com a comunidade havia anos. Arruinada ficou a já frágil reputação que a zona tinha como lamentam ainda hoje muitos dos que ali vivem. Por exemplo, Madalena Máquina, 41 anos, mãe de dois filhos, diz que de cada vez que vai a uma entrevista de emprego e explica que vive neste bairro, leva com uma cara franzida e desconfiada. “A minha filha, quando andava a procura de trabalho, só me dizia: ‘Mãe, temos de sair daqui, não há trabalho para quem é da Quinta da Fonte.’” As imagens dos tiroteios abriram os noticiários.



Figura 4 – Bairro da Quinta da Fonte.
Fonte: Sanches (2014).

Construída por duas cooperativas de habitação que apresentavam problemas financeiros de habitação num local isolado da freguesia da Apelação, a Quinta da Fonte em meados dos anos 1990 disponibilizou a maioria dos 800 apartamentos para realojar pessoas que viviam em barracas em zonas que iriam ser usadas para os acessos à Expo-98. Na realidade, atualmente uma parte deles precisa de obras. Embora ainda se




observe outros que estão “impecavelmente cuidados, como o de Madalena, que é a “presidente” do seu prédio, que, aliás, chegou a receber o galardão do mais limpo do bairro num concurso que, entretanto, também se extinguiu. A distinção ainda está emoldurada à entrada” (SANCHES, 2014).

Como a nossa atuação foi realizada mais precisamente Centro de Atividades de Tempos Livres (CATL) *Verdine*, do Secretariado de Lisboa da Obra Nacional da Pastoral dos Ciganos, pudemos observar o trabalho que vem sendo realizado, apesar dos poucos recursos que dispõem, nomeadamente desenvolvendo ações pedagógicas com as crianças e adolescentes, estimulando a valorização cultural, promovendo o diálogo intercultural, desenvolvendo trabalhos articulados com a formação escolar dos alunos, bem como, estimulando a participação das famílias nas atividades programadas.

Nesses contatos realizados com algumas mães e avós que acompanhavam o acolhimento das crianças no Centro de Atividades Livres, as questões mais colocadas voltavam-se para as condições de pobreza, a violência entre crianças e adolescentes, o alcoolismo, a dependência química e a criminalidade. O que significa uma situação de grande vulnerabilidade e violência que vem confirmar as discussões iniciais deste texto sobre a reestruturação do capital que tem provocado a precarização das condições de trabalho, de moradia, e o direito a viver com dignidade, bem como, agravado os conflitos de várias ordens.

Esse cenário de convivência com os referidos grupos favoreceu também a criação de um espaço aberto para intermediar as famílias, em alguns momentos desses nossos encontros. Assim, definiu-se como eixo central das nossas reflexões junto ao grupo e aos profissionais do Centro Verdine, as práticas socioassistenciais desenvolvidas com as crianças




e adolescentes a partir da perspectiva de discussão e análise crítica dos contextos estudados Brasil e Portugal, de acordo com o referencial exposto no decorrer das nossas discussões, as condições de enfrentamento dos trabalhadores ao processo de reestruturação do capital no mundo do trabalho.

Nessa perspectiva buscou-se focalizar a percepção das ações sociais, mais especificamente a política de assistência social, na medida em que se complementam com as demais políticas de saúde e previdência social que integram o eixo da seguridade social, constituindo-se em garantias de direitos sociais legitimados, no caso do Brasil, pela Constituição Federal de 1988, e no caso de Portugal, pela Constituição Portuguesa de 1976, que consagra o sistema integrado de segurança social universal e pela Lei de Bases da Segurança Social (1984).

É importante destacar que os “Serviços Sociais para todos” de acordo com (MUNIZ, 2005, p. 17),

Foi definido como tema prioritário da agenda da Comissão para o Desenvolvimento Social das Nações Unidas, na sessão anual de fevereiro de 1999, levando em conta aquilo que a Declaração de Copenhague afirmou como adequado, efetivo e eficiente para cobertura das necessidades humanas básicas pelos serviços sociais. Como consequência, foram realizados encontros reunindo especialistas dos países-membros da União Europeia e inúmeros estudos sobre o tema.


Na realidade, muitas foram às discussões realizadas destacando-se o papel das autoridades públicas, e outros atores sociais, bem como, a relação com os usuários, além de outros fatores que se colocam como verdadeiros desafios para os serviços sociais na União Europeia, como a migração,



os constrangimentos em relação aos recursos financeiros, a competição, a cooperação, a criação de empregos, o desemprego, dentre outros.

Nas nossas reuniões, buscávamos perceber por meio dos debates coletivos os problemas que mais afetavam as crianças e adolescentes no Bairro Quinta da Fonte. Durante as discussões com os grupos focais, ficou bastante evidente a indignação sentida por todos os presentes na medida em que deixavam transparecer o medo que estavam vivenciando no bairro em que habitam, em suas residências, na escola e nos deslocamentos que precisavam realizar para ter acesso à escola, nas áreas de lazer que ficavam distantes – considerando que o bairro oferece poucas opções e que são perigosas, tendo em vista à criminalidade, o alcoolismo, a dependência química, a violência e os conflitos entre jovens e adultos. Fato esse que revela grande violência na vida dessas famílias que a cada momento estão enfrentando a degradação e ruptura dos seus lares, onde ocorrem com frequência a invasão policial, a prisão de seus pais ou irmãos afetando o cotidiano e a dignidade das famílias mais precisamente das crianças e adolescentes que também são expostas a atos de violência sexual e são atendidas em sistema de medidas socioeducativas.

Com referência ao *Centro Verdine*, as crianças e adolescentes, usuários mais diretamente atendidos por meio das atividades desenvolvidas, ao serem questionados, foram unânimes em afirmarem a confiança, segurança, e proteção social como fator fundamental das suas ações. Apontam ainda a importância das normas existentes que são conhecidas e respeitadas por todos que frequentam o Centro, envolvendo também as famílias que têm responsabilidades definidas e aprovadas em reuniões sobre o acompanhamento as atividades desenvolvidas pelas crianças



e adolescentes, e que a cada final do semestre apresentam em reunião coletiva com a participação dos pais e monitores, o relatório de desempenho dos grupos de acordo com a distribuição dos trabalhos realizados, os quais são apresentados e expostos em painéis.

De acordo com as nossas análises, todas essas expressões da questão social revelam muito claramente a crise econômica mundial que estamos presenciando em função da estruturação econômica e da globalização, que atinge milhares de pessoas nas mais diferenciadas dimensões e contextos sociais. Quando a questão do trabalho e do mercado como regulador das relações sociais não são enfrentadas, a assistência social termina por promover e reiterar as formas tradicionais de atenção aos pobres como ocorre ainda no Brasil, mesmo considerando que a política de assistência social brasileira, legitimada pela Constituição de 1988, embora dê ênfase à abordagem economicista, remete para um movimento em que elementos de caráter conservador que tradicionalmente têm orientado as ações direcionadas à pobreza, são associados a outros de inspiração mais progressista, em especial no que se refere às múltiplas dimensões da pobreza, que ultrapassam a questão da renda e, remetem a questão dos direitos sociais e humanos.

Com referência a nossa participação no Bairro Quinta da Fonte, cabe ressaltar alguns momentos vivenciados junto ao Movimento dos Jovens vinculados à Arquidiocese de Lisboa que vêm apoiando os eventos realizados em toda Europa no período da nossa pesquisa (2011/2012) lutando em defesa da dignidade do trabalho considerando as precárias condições que estavam vivenciando naquele período e que ainda se constituem reivindicações presentes no momento atual globalizado, não somente em Lisboa, mas também em nível mundial.

A Figura 5 mostra a nossa participação nas discussões realizadas pela Juventude Operária Cristã – JOC –, o encontro reúne católicos, sindicalistas, bolseiros e trabalhadores precários e vem discutindo sobre a precarização e dignidade do trabalho enfrentada pelos jovens, nos encontros realizados em Praças Públicas, mobilizando grupos de todo país e estrangeiros a debaterem estas questões e a proporem encaminhamentos para fortalecimento dos Movimentos Jovens no mundo inteiro.



Figura 5 – A JOC em protesto contra a precariedade, em “Piquenique” em Lisboa.

Fonte: Autoria própria.

A seguir, apontamos algumas particularidades da Quinta da Fonte, por meio dos dados retratados nos gráficos apresentados.

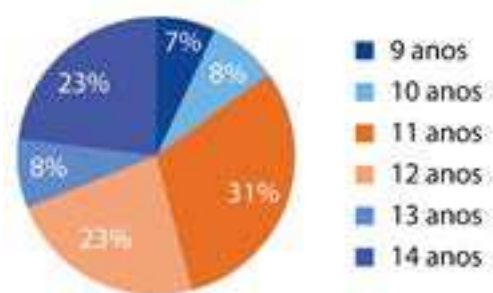


Gráfico 1 – Referente ao percentual dos entrevistados por faixa etária.
 Fonte: Pesquisa de Campo.

O Gráfico 1 apresenta, de acordo com o número de crianças e adolescentes entrevistados que foram 13, em média uma amostragem de 30% da totalidade de usuários atendidos que corresponde a 68 crianças e adolescentes cadastrados no Centro Verdine. Conforme os indicadores do gráfico: a cor azul escuro simboliza apenas uma criança com nove anos de idade, representando 7% dos entrevistados; o indicador marrom escuro, um usuário com dez anos de idade, representando 8%, dos entrevistados; o indicador verde, um usuário com onze anos, correspondendo a 31% dos entrevistados; indicador lilás três usuários com 12 anos de idade, representando 23% dos entrevistados; indicador azul claro, três usuários com treze anos de idade, representando 8% dos entrevistados; indicador laranja, três usuários com 14 anos de idade, representando 23% dos entrevistados.

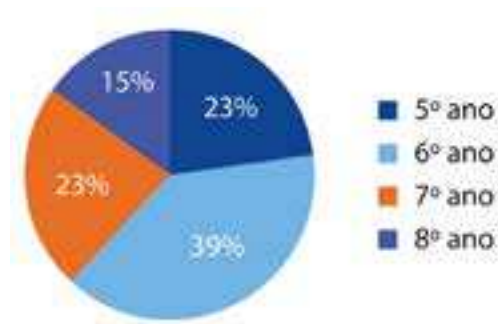


Gráfico 2 – Nível de escolaridade dos entrevistados.
 Fonte: Pesquisa de Campo.

O Gráfico 2 refere-se ao nível de escolaridade dos 13 alunos entrevistados, refletindo de certa maneira o trabalho que vem sendo realizado no bairro por meio do *Centro Verdine*, no sentido adotar uma dinâmica educativa e articulada ao projeto pedagógico da escola fortalecendo desse modo a melhoria do rendimento escolar, considerando os problemas existentes, apresentados pelos alunos, referentes à situação de origem familiar cujo idioma se colocava como maior problema no processo de aprendizagem. Nesse sentido, de acordo com: o indicador lilás, 15% dos alunos entrevistados encontravam-se no 8º ano, da EBI 23 de Manuel da Maia e da EBI Gaspar Correia; o indicador azul, 23% dos alunos estavam no 5º ano, da EBI 123 de Manuel Maia; o indicador verde, também aponta 23% dos alunos entrevistados do 7º ano que estudavam na EBI 123 Manuel Maia e conforme o indicador marrom, 39% dos alunos do 6º ano também vinculados a essa última escola.

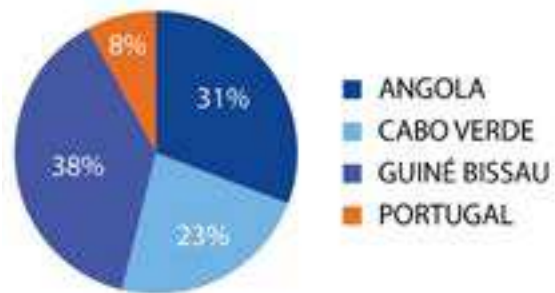


Gráfico 3 – Nacionalidade de origem dos entrevistados.
Fonte: Pesquisa de Campo.

De acordo com o Gráfico 3 fica evidenciado que o grande percentual, ou seja, 38% dos entrevistados são da Guiné Bissau, conforme indicador verde do gráfico; 31% vieram da Angola, como demonstra o indicador azul; 23% dos entrevistados apontados pelo indicador vermelho são de Cabo Verde e 8%, conforme o indicador lilás do gráfico, são de Portugal. Um dos fatores que favorece essas constantes migrações é a busca de inserção no mercado de trabalho europeu, em áreas mais próximas de Portugal.

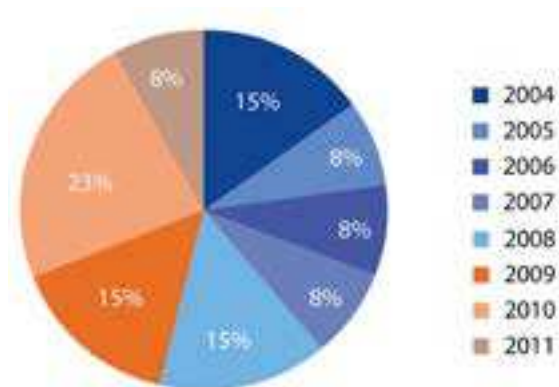



Gráfico 4 – Ano de início de participação no Centro Verdine.
 Fonte: Pesquisa de Campo.

O Gráfico 4 destaca o ano de inserção dos entrevistados no Centro Verdine considerando o percentual em cores distintas, (lilás, vermelha, rosa, verde), indicando 8% em cada ano, 2005, 2006, 2007, e 2011. Nesse sentido, foram vinculados 15% a cada ano, 2004, 2008 e 2009. No ano de 2010 foram inseridos 23% das crianças e adolescentes, considerando-se um aumento expressivo de acordo com o número de entrevistados que foram 13 usuários.

São Paulo do Potengi, Rio Grande do Norte – Brasil

Ao focalizarmos o município de São Paulo do Potengi, situado no Rio Grande do Norte, na Região Nordeste brasileira, enquanto área de realização dos nossos estudos, considerando, sobretudo pela relevância de uma cidade comum que se expressa por meio das suas práticas socioeducativas desenvolvidas




pela Igreja Católica tendo como articulador maior de um movimento incomum apoiado pela Arquidiocese de Natal, Monsenhor Expedito Sobral de Medeiros que ficou reconhecido como Movimento de Natal no contexto da região Nordeste do país, entre 1950 e 1980, do século XXIX, conforme Rocha (2006).

Foi precisamente a partir de 1877, final do século XIX, quando ocorreu a chegada das primeiras famílias à região do Vale do Potengi em consequência de uma das maiores secas que aconteceu na região Nordeste. Ainda de acordo com Rocha (2006), a partir de estudos realizados, aponta que a família Urbano de Araújo foi uma das primeiras a se deslocar dos sertões do Rio Grande do Norte, mais precisamente do município de Acari, para iniciar o processo de formação que conferiu a Bento Urbano de Araújo como fundador de São Paulo do Potengi.

Assim, a cidade foi recebendo novos sertanejos vindos de um município chamado Espora, pertencente ao município de Currais Novos, no Rio Grande do Norte, que o Juremal, com características de arruado, começa a crescer por meio do comércio que gradativamente vai se expandindo. Cabe ressaltar que a decisão de se fundar o povoado surgiu a partir das orientações de Padre Cícero do Juazeiro, também considerado grande liderança religiosa em toda região do Nordeste, e nas suas sugestões apontava a ideia da construção de uma capela, durante o período de construção das primeiras casas, e que o padroeiro deveria ser São Paulo, considerando a sua bravura e virtudes. Sugeriu ainda, São Paulo do Potengi como o nome da cidade, conforme afirma Rocha (2006).

Ainda de acordo com a referida autora, a partir do Decreto-Lei nº 268, de 30 de dezembro de 1943, o povoado alcança a sua independência política, com a criação do município, tendo-se instalado oficialmente no dia 1º de janeiro de 1944,




com a posse do primeiro Prefeito Municipal, o Capitão Severino Raul Gadelha. Desse modo, compreender a estrutura político-social da época implica uma leitura voltada para os problemas que afetavam mais diretamente o Estado, pela ausência de políticas agrárias voltadas para o enfrentamento das constantes crises das secas no campo, gerando o êxodo rural, provocado pela falta de condições de trabalho e conseqüentemente pela precarização da moradia, educação e das condições de saúde.

Outro aspecto que não podemos deixar de destacar na cidade de Natal, capital do Estado, de acordo com as afirmativas de Rocha (2006) são os efeitos da II Guerra Mundial nos primeiros anos da década de 1940, quando em 1942, foi instalado em Natal o Serviço de Defesa Antiaérea com a criação do Campo de Parnamirim, base norte-americana que serviu de ponte de apoio para o transporte de tropas que se deslocavam para o continente africano.


Esse é um período de grande importância para o Estado do Rio Grande do Norte em particular, por se tratar de um momento em que a Arquidiocese de Natal, cria o denominado Movimento de Natal, quando a Igreja por meio da Diocese direciona suas práticas educativas, numa tentativa de responder às demandas da capital e do campo, envolvendo o poder público e as instituições locais. Iniciava-se assim, uma percepção inovadora impulsionada pela Igreja Católica com relação à Assistência Social institucionalizada. A criação da – Legião Brasileira de Assistência – LBA e da Escola de Serviço Social foi um importante avanço para o fortalecimento dessas práticas educativas desenvolvidas no meio urbano e rural.

Ao nos determos sobre uma breve análise dos resultados da pesquisa realizada no município de São Paulo do Potengi no Rio Grande do Norte, localizado na região do semiárido,



situando mais precisamente as famílias de crianças e adolescentes usuárias do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI –, foi identificado, segundo dados do IBGE (2010), que a cidade possuía uma população residente de 15.843 habitantes, com estimativa para 2014 de 17.066 habitantes. A área territorial é de 240,425 quilômetros quadrados e seu IDH-M é 0,622. De acordo com os resultados do Censo Demográfico de 2010 do IBGE, existe um percentual de domicílios com saneamento inadequado: 10,8% de unidades domésticas chefiadas por mulheres com filhos; 15,2% de pessoas com rendimento mensal domiciliar *per capita* de até R\$ 70,00; 16,1% de pessoas com rendimento mensal domiciliar *per capita* de até $\frac{1}{4}$ salário mínimo; 33,6% de pessoas com rendimento mensal domiciliar *per capita* de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo; 64,2% de rendimento mensal domiciliar *per capita* de R\$ 289,00, sendo que o rendimento mensal domiciliar *per capita* do 1º quartil é de R\$ 102,00.

Quanto ao Programa Bolsa Família, esse constituiu o maior programa de transferência direta de rendimento do Brasil, contemplando mais de $\frac{1}{4}$ da população brasileira (aproximadamente 50 milhões de pessoas), Brasil sem Miséria, MDS 2014. De acordo com os registros de julho de 2014 do Cadastro Único e com a folha de pagamentos de agosto de 2014 do Programa Bolsa Família, o município tem: 5.182 famílias registradas no Cadastro Único; 2.533 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. Segundo a cobertura cadastral e a busca ativa de junho de 2011 a junho de 2014, o município inscreveu no Cadastro Único e incluiu no Programa Bolsa Família 129 famílias que estavam em situação de extrema pobreza. Agora, todas as famílias que entram no programa superam a miséria. Em relação à Garantia de Renda por meio do Programa Bolsa Família, em agosto de 2014, o município tinha 2.533 famílias no



Programa Bolsa Família. Isso representa 123,98% do total estimado de famílias do município com perfil de renda do programa (cobertura de 123,98%). Foram transferidos R\$ 528.621,00 às famílias beneficiárias do Programa em agosto de 2014. De junho de 2011 (início do Plano Brasil Sem Miséria) a agosto de 2014, houve aumento de 18,98 no total de famílias beneficiárias.

No município de São Paulo do Potengi, 97,71% das crianças e jovens de 6 a 17 anos do Programa Bolsa Família têm acompanhamento de frequência escolar. A média nacional é de 92,03%. O município está acima da média, mas ainda assim é importante que as secretarias de assistência social e de educação continuem trabalhando juntas para aumentar o número de famílias cujos filhos têm frequência escolar verificada. Cabe observar que, atualmente, o PETI faz parte Programa de Convivência Comunitária e Fortalecimento de Vínculos.

Diante do cenário exposto, seguem alguns dados referentes aos resultados das entrevistas realizadas com 30 crianças e adolescentes, representando, portanto, 40% dos 120 usuários do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, atendidos no turno vespertino, no município São Paulo do Potengi.

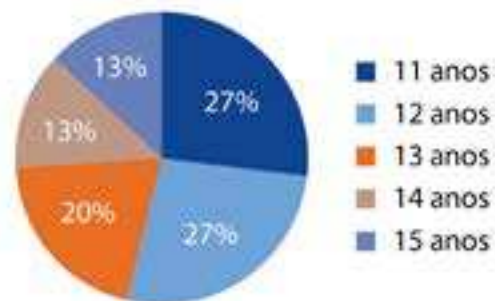



Gráfico 5 – Faixa etária das crianças e adolescentes do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI de São Paulo do Potengi.
Fonte: Pesquisa de Campo.

Considerando o percentual evidenciado no Gráfico 5, com referência à faixa etária das crianças e adolescentes entrevistados, pode-se perceber de acordo com os indicadores expostos que: 27% tinham 11 anos de idade, indicador azul escuro; encontrando-se na mesma proporção de 27% os usuários com 12 anos, conforme indicador marrom; 20%, encontravam-se na faixa etária de 13 anos, indicador verde.

Em situação percentual de 13% encontravam-se os usuários entre 14 e 15 anos de idade conforme indicadores lilás e azul escuro. De acordo com as particularidades dos contextos estudados, podemos identificar certa semelhança de faixa etária das crianças e adolescentes que se encontram na rede escolar pública. Outro aspecto a considerar com relação ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, como a própria denominação o define, trata-se de um programa que tem como finalidade atender as demandas existentes no Estado que expressam a exploração do trabalho infantil tanto nas atividades rurais (relacionadas à agricultura familiar, nas



casas de farinha, nas feiras), nas atividades urbanas (nas áreas de minérios e no comércio), em atividades que além de proibidas para menores se constituem verdadeira violência às condições dessas crianças, ainda em fase de formação física e em situações de precarização socioeconômicas.

Com referência aos casos dessa natureza encontrados nos dois contextos, eram encaminhadas, no caso de São Paulo do Potengi/RN, aos Centros de Referência Especial de Assistência Social – CREAS. Enquanto em Portugal, como havia uma maior demanda da questão da violência entre crianças e adolescentes, também eram feitos encaminhamentos para o sistema de medidas socioeducativas em que essas demandas eram atendidas, ficando, portanto, distante do local onde atuávamos com as demais crianças e adolescentes, limitando os nossos contatos apenas com as famílias.

Mais precisamente em Lisboa, uma das dificuldades enfrentadas pelas crianças e adolescentes no início do ensino fundamental, deveu-se ao problema das migrações, a questão do idioma diversificado teve um peso significativo com relação ao rendimento escolar. No início verificou-se um sério problema de reprovações, pelo fato das crianças e adolescentes não terem conseguido assimilar os conteúdos desenvolvidos pelas disciplinas devido ao não domínio da língua de escolarização. Para as escolas conseguirem reduzir a problemática do insucesso escolar o Centro Verdine teve que elaborar o planejamento das suas atividades em parceria com as escolas, priorizando a questão do idioma português, objetivando contribuir para elevar o índice de aprovações dos usuários.

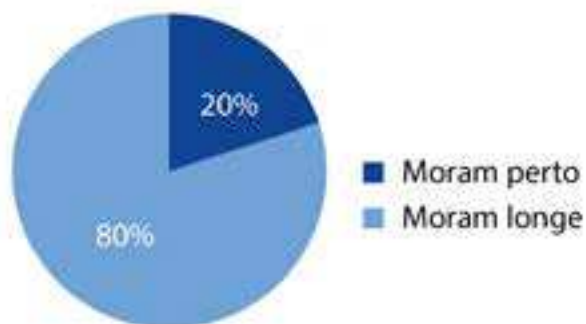


Gráfico 6 – Distância relativa entre o PETI e a residência do aluno.
Fonte: Pesquisa de Campo.

O Gráfico 6 aponta a distância do local onde eram realizadas as atividades socioassistenciais aos usuários do PETI, mostrando que 20% dos usuários residem nas proximidades do local onde as atividades eram desenvolvidas, enquanto que 80% tinham dificuldade de acesso, o que provocava insegurança no processo de deslocamento. Essa foi considerada uma das lutas mais importantes com as famílias, buscando a disponibilização do ônibus escolar para atender essa demanda que passou a ser atendida ainda no período da nossa pesquisa em São Paulo do Potengi/RN.

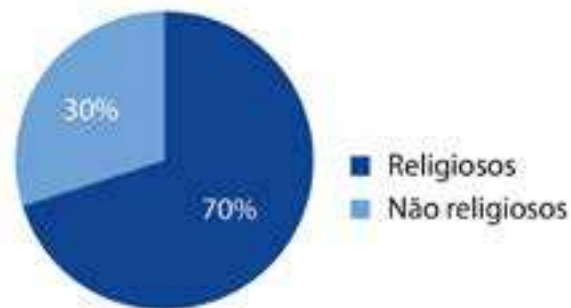


Gráfico 7 – Opção religiosa das crianças e adolescentes usuários do PETI em São Paulo do Potengi/RN.
Fonte: Pesquisa de Campo.

O Gráfico 7 mostra que 70% dos usuários entrevistados são católicos e 30% são evangélicos. É importante observar que a questão da religiosidade da população de São Paulo do Potengi tem um significado imperioso, considerando, como já citamos anteriormente, tratar-se de um município que teve todo um processo histórico de ações comunitárias, apoiadas pela Igreja Católica, por Monsenhor Expedito, pároco que durante 56 anos dedicou seu sacerdócio ao povo mais sofrido do município de São Paulo do Potengi e toda redondeza cuja preocupação central a partir dos anos 50, voltava-se para educação, por meio das Escolas Radiofônicas Rurais e para o processo de organização do Sindicalismo Rural que revelava também o início das lutas por direitos e justiça social.

Após o falecimento de Monsenhor Expedito, em 16 de janeiro de 2000, a Casa Paroquial em que residia foi transformada no Memorial Monsenhor Expedito, onde se encontra todo o acervo cultural produzido por meio da sua trajetória em 1943, bem como, documentos, fotografias e filmagens, encontrados

nos seus arquivos, considerados hoje grande referência para estudos da rede escolar e da academia da região e do país. Não se pode negar a grande influência religiosa e social que esse município vem repassando às novas gerações

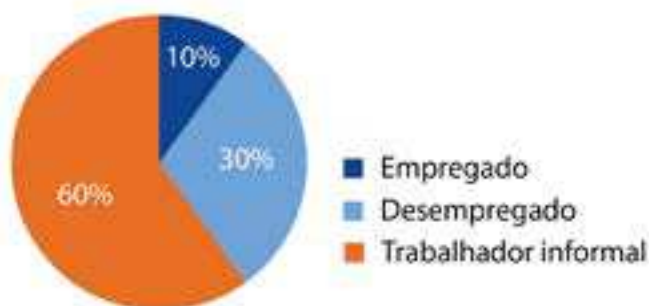


Gráfico 8 – Vínculo empregatício das famílias dos usuários do PETI em São Paulo de Potengi/RN, 2012.
Fonte: Pesquisa de Campo.


De acordo com os indicadores expostos no Gráfico 8, destacavam-se 60% das famílias em situação de trabalho informal, 30% encontravam-se desempregados e 10% estavam empregados. Esses dados revelam a condição precária e vulnerável das famílias entrevistadas.



Considerações finais

Ao considerarmos os resultados alcançados na nossa pesquisa pós-doutoral, destacamos que nos foi permitido ampliar os conhecimentos a partir de uma perspectiva de interculturalidade sobre os contextos estudados – Brasil/Portugal, buscando apreender as particularidades no âmbito da temática proposta para o estudo, ou seja, da reflexão sobre as condições de pobreza e desigualdades sociais das famílias de crianças e adolescentes no Brasil e em Portugal. Na realidade, buscou-se nessa trajetória perceber algum paralelismo entre Brasil e Portugal destacando aspectos econômicos, políticos, culturais e sociais nos contextos estudados, permitindo assimilar diante da sua complexidade particularidades expressadas nas nossas reflexões das condicionalidades e particularidades em nível dos contextos Brasil e Portugal.

Compreender, portanto, o complexo conjunto das atuais mudanças sociais e econômicas, tendo como referência às formas de organização da vida estatal, mais precisamente, no que concerne os processos e mercados de trabalho, a difusão do desemprego, as alterações das estruturas do Estado, as modalidades de intervenção política das classes subalternas e, por último, o entendimento da natureza da crise contemporânea e seus desdobramentos produtivos, revela-se um desafio. De acordo com Braga (1996, p. 119), é preciso perceber esse debate partindo fundamentalmente da desconstrução do nexos crise-estruturação a partir dos seus determinantes reducionistas, numa perspectiva de “integrá-lo em uma unidade que expresse a autenticidade analítica das lutas de classe reconstituindo a autonomia da filosofia das práxis e suas categorias críticas”.



Na realidade, foram muitos os debates realizados destacando-se as autoridades públicas e outros atores sociais, bem como, os usuários, além de outros fatores que se colocam como verdadeiros desafios para os serviços sociais e políticas públicas na União Europeia, como a migração interna e internacional, os constrangimentos financeiros, a competição, a cooperação, a criação de emprego, o desemprego, a pobreza, dentre outros. É importante considerarmos as muitas dificuldades vivenciadas ainda hoje por milhares de famílias, crianças e adolescentes que vivem em situação de risco, de enfrentamento da pobreza, de vulnerabilidade e as condições de vida e de trabalho precárias, conforme experiências vivenciadas ao nível dos dois contextos estudados, Brasil/Portugal.

O combate à pobreza familiar e infantil exige políticas redistributivas e sociais, reformas estruturais, a promoção da educação, da igualdade de oportunidades e da cidadania, bem como condições sociais e culturais inclusivas nos vários domínios de intervenção.



Referências

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

BAGANHA, Maria, Marques João Carlos. **Imigração e Política:** o caso Português. Lisboa: FLAD, 2001.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra reforma:** desestruturação do Estado e perda de direitos. 2. ed. São Paulo, Cortez, 2008.

BRAGA, Ruy. **A restauração do capital:** um estudo da crise contemporânea. São Paulo: Xamã, 1996.


BRASIL. IBGE. **Pesquisa Agrícola Municipal de São Paulo do Potengi/RN.** [S.l.: s.n], 2011.

CAPUCHA, Luis. Qualificar as pessoas, abrir as sociedades: prioridades para a erradicação da pobreza. **Sociedade e Trabalho**, Lisboa: GEP-MTSS, v. 41, p. 41-58, 2010.

CASTEL, Robert. **Les métamorphoses de la question sociale.** Paris: Fayard, 1995.

DEMO, Pedro. **Pobreza Política.** Campinas: Autores Associados, 2001.

FONSECA, Maria Lucinda et al. **Immigrants in Lisbon – Routes of Integration.** Lisboa, EPRU, CEG, n. 56, 2002.



GAUDIER, Mayse. **Pauvrtés, inegalités, exclusions**: renouveau des approches theoriques et des pratiques sociaux. Genève: Institut International d Études, 1993. (Série Bibliografique, n. 17)

HABERMAS, Jürgen. **The theory communicative action**: the critique of functionalist reason. London: Polity Press, 1992.

HABERMAS, Jürgen. **The theory of communicative action**: reason and the rationalization of society. London: Polity Press, 1991. v. II.

IAMAMOTO, Marilda Vilela e CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1983.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 2011**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.


KATZ, Michael B. **The undeserving poor**: from the war on poverty to the war on welfare. New York: Pantheon Books, 1989.

KURZ, Robert. **O Colapso da Modernização**: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

MARX, Karl. **A ideologia alemã**. São Paulo: Grijalbo, 1977.

MÉDA, Dominique. **Società senza lavoro**: per una nuova filosofia dell' occupazione. Milão: Feltrinelli, 1997.

MUNIZ, Egli. **Os serviços de proteção social**: um estudo comparado entre Brasil e Portugal. São Paulo: Cortez, 2005.



OECD. The Labour Market Effects of Social Protection Systems in Emerging Economies. **OECD Employment Outlook 2011**, OECD, p. 85-151, 2011.

OFFE, Claus. Trabalho e Sociedade. Problemas estruturais e Perspectivas para o Futuro da “Sociedade do Trabalho”. **A Crise**. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1989. v. I.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Global Employment Trends for Women**. Genebra: OIT, 2004.


RAMOS, Natália. Saúde, Desenvolvimento e Direitos humanos. **Interface**, v. 3, n. 1, p. 13-31, 2007.

RAMOS, Natália. (Org.). **Saúde, Migração e Interculturalidade: perspectivas Teóricas e Práticas**. João Pessoa: EDUFPB, 2008b.

RAMOS, Natália. A família nos cuidados à criança e na socialização precoce em Portugal e no Brasil. Uma abordagem intercultural comparativa. In: COVA, Anne; RAMOS, Natália; JOAQUIM, Teresa (Org.). **Desafios da comparação: família, Mulheres e Género em Portugal e no Brasil**. Oeiras: Celta, 2004. p. 149-190.

RAMOS, Natália. A saúde da criança em contexto de pobreza e de exclusão – Novos desafios de políticas de inclusão. **Revista Diálogo Educacional**, PUCPR, v. 6, n. 17, p. 65-83, 2006.

RAMOS, Natália. Contextos e problemáticas na infância. Da prevenção à saúde e ao desenvolvimento. **Desafios Sociais**. Natal, v. 2, n. 2, p. 24-46, 2002.



RAMOS, Natália. Cultura e Desenvolvimento – Da Saúde aos Direitos Humanos. In: RUBIM, Albino; RAMOS, Natália (Org.). **Estudos da Cultura no Brasil e em Portugal**. Salvador: EDUFBA, 2008a.

RAMOS, Natália. Famílias e crianças em contexto de pobreza e exclusão – Do desenvolvimento à saúde e à educação. **Psicologica**, v. 38, p. 241-263, 2005.


RAMOS, Natália. Sociedades Multiculturais, Pedagogia Intercultural e Educação dos Migrantes e Minorias – Paradigmas e Desafios. In: BRUTTEN Helen; PAIVA, Marlúcia (Org.). **Epistemologia das Ciências da Educação**. Natal: EDUFRN, 2009. p. 133-158.

RIFKIN, Jeremy. **O fim dos empregos**. São Paulo: Makron Books, 1995.

ROCHA, Marcia Maria Sá. Políticas Sociais de enfrentamento da pobreza e das desigualdades sociais das famílias de crianças e adolescentes do PETI/Natal, Brasil. In: RAMOS, Natália et al. (Org.). **Família, Educação e Desenvolvimento no séc. XXI: olhares Interdisciplinares**. Natal: IPP, ESEP, 2012.

ROCHA, Marcia Maria Sá. **Relatório Final do Estágio Pós-Doutoral. Universidade Aberta de Lisboa/CEMRI – Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais**. Natal: UFRN, 2012.

ROCHA, Marcia Maria Sá. **São Paulo do Potengi: uma cidade, seu pároco e suas práticas educativas**. 2006. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Educação. Natal, RN, 2006.



SANCHES, Andreia. **Depois da “guerra” o bairro ganhou vida nova.** A crise pode estragar tudo. 2014. Disponível em: <<http://www.publico.pt/portugal/jornal/depois-da-guerra-o-bairro-ganhou-vida-nova-a-crise-pode-estragar-tudo-28051537>>. Acesso em: 29 mar. 2016.

SANTOS, Josiane Soares. **“Questão Social”**: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.